





Assegura-se, no entanto, a cobrança de todas as parcelas parciais consistentes em multas, correção monetária, juros moratórios e multa que a União Federal e a Caixa Econômica Federal não pagaram, sem ajuste na via laboral, não sendo por ele prejudicada a

REsp 2.003.509

REsp 2.004.215

REsp 2.004.806

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mai-27/stj-valida-fgts-direto-a>